



HOSPITAL ESCOLA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Rua Professor Araújo, nº 538 - Bairro Centro
Pelotas-RS, CEP 96020-360
- <http://he-ufpel.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23762.008299/2025-91

TERMO DE REFERÊNCIA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS

1. OBJETO

1.1. Realização da contratação de mão de obra especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) Mamógrafo, marca Metaltronica, modelo Helianthus, série HELI/ 0179/C3, patrimônio 9320473EBSERH, sendo o fornecimento eventual de peças quando autorizado, mediante faturamento pela contratante, por um período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2.

Grupo	Item	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DO OBJETO	CÓDIGO CATSER/ CATMAT	QUANTIDADE DA LICITAÇÃO	UNIDADE DE FORNECIMENTO	Valor mensal	Valor total anual
1	01	Contratação de mão de obra especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) Mamógrafo, marca Meltratonica, modelo Helianthus, série HELI/0179/C3, patrimônio 9320473EBSERH, sendo o fornecimento eventual de peças quando autorizado, mediante faturamento pela contratante, por um período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.	16055	12	Mês		
	02	Fornecimento de peças de reposição sob demanda. (VALOR FIXO, NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA)	16055	12	Mês	R\$ 12.500,00	R\$ 150.000,00 *valor fixo
	03	<u>BDI do Item 2</u> - Serviços de intermediação de Fornecimento de peças e componentes, com aplicação, para serviços de manutenção de EMA.	16055	1	ANUAL		R\$ 58.125,00 (percentual de 38,75% do valor do Item 2 (R\$ 150.000,00)) vide item 1.6

1.3. O objeto desta contratação será considerado **Serviço Comum de Engenharia**.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Contratação por Preço global (item 6.1), nos termos do Inciso II do art. 8 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, assim sendo, a quantidade do quadro acima é uma estimativa e será pago à contratada somente a quantidade de serviços efetivamente realizada em cada mês, considerando o valor unitário de cada serviço.

1.5. O presente objeto tem consumo estimado para 12 (doze) meses podendo ser prorrogado por igual período, até o limite legal, de acordo com o previsto no art. 147 Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERH, versão 2.0 (RLCE 2.0) e de acordo com o que estabelece a Lei nº 13.303/2016.

1.6. O item 2 da tabela acima **não será objeto de disputa**, portanto as empresas concorrentes **NÃO** deverão ofertar proposta.

1.7. **O valor do item 02, do Grupo acima, NÃO deve ser alterado. A licitante deverá lançar no sistema Comprasnet, para este item 02, o VALOR FIXO de: R\$ 150.000,00, e NÃO poderá ofertar lances para o mesmos, sob pena de DESCLASSIFICAÇÃO da proposta.** Informamos que a necessidade supracitada é justificável, uma vez que não é possível prever o real consumo dos Itens, e considerando ainda, a necessidade de alimentação dos sistemas de controle orçamentário do HE-UFPEL, como: emissão de Notas de Empenho e registro dos cronogramas financeiros do contrato.

1.8. **O VALOR DO ITEM 3 (R\$ 58.125,00) refere-se ao percentual de 38,75% do valor do Item 2 (R\$ 150.000,00), e será utilizado para remunerar o BDI (CLÁUSULA 4.1.7 - VALORES DE BDI) a cada fornecimento de peças. Significa dizer, que a cada lance ofertado no item 3, consequentemente a licitante estará REDUZINDO o percentual de 38,75% (BDI), o qual teria direito a receber para cada fornecimento de peças, exs:**

- 1.8.1. Se a empresa apresentar uma proposta final de R\$15.000,00 para o item 3, será remunerada em 10% à título de BDI para cada fornecimento de peças.
- 1.8.2. Se a empresa apresentar uma proposta final de R\$ 7.500,00 para o item 3, será remunerada em 5% à título de BDI para cada fornecimento de peças.
- 1.8.3. Se a empresa apresentar uma proposta final de R\$ 0,00 para o item 3, não será remunerada através de BDI para fornecimento de peças.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Para realização do objeto do contrato será necessário o fornecimento de serviços prestados por profissionais com atribuições não inerentes às dos cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreiras e Salários da Ebserh.

2.2. O objeto consta no Plano Anual de Compras, e está classificado na Categoria 16, Subcategoria - Manutenção para EMH de alta complexidade.

2.3. A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa a contratação de mão-de-obra especializada para a prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva de 01 (um) Mamógrafo, marca Meltratonica, modelo Helianthus, série HELI/0179/C3, patrimônio 9320473EBSERH., sendo o fornecimento eventual de peças sob demanda quando autorizado pela contratante, por um período de 12 meses do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas HE UFPEL, administrado pela EBSERH.

2.4. O equipamento de **mamografia** permite que exames de imagem sejam realizados nas mamas dos pacientes, gera imagens de alta qualidade capazes de revelar a existência de sinais precoces do câncer de mama. Com base nessa avaliação, imagens são formadas e investigadas por um médico.

2.5. Considerando que o equipamento **Mamógrafo Helianthus** não possui mais garantia de fábrica.

- 2.6. Considerando que este contrato é essencial para os procedimentos executados nos pacientes internados e a paciente pré-agendados no Hospital Escola da UFPEL e para que este estabelecimento assistencial exerça a sua atividade de realizar ensino, pesquisa e assistência à saúde em sua plenitude, não se pode aceitar o fato do mesmo falhar por falta de manutenção.
- 2.7. A falta de pessoal técnico especializado no quadro da EBSERH para a realização das manutenções destes equipamentos, implica na necessidade de contratação terceirizada de empresa especializada conforme determina a RDC 509/2021 que estabelece as diretrizes para o gerenciamento das tecnologias, incluindo a manutenção garantindo o seu desempenho, qualidade, efetividade, segurança e eficácia. Sendo responsabilidade do gestor da instituição de saúde assegurar que exista o gerenciamento da manutenção dos equipamentos. Além disso a NBR 15943/2011 dispõe sobre o plano de manutenção das tecnologias de saúde contemplando os mínimos e principais aspectos que as instituições de saúde devem adotar como o contrato de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos.
- 2.8. Esta contratação visa primariamente assegurar a disponibilidade, confiabilidade e segurança dos equipamentos médico-hospitalares reutilizados e ainda garantir a integridade física dos operadores dos equipamentos.
- 2.9. Adicionalmente espera-se que as medidas adotadas contribuam para a conservação dos equipamentos e aumento da sua vida útil.
- 2.10. A falta de pessoal especializado e instrumentos de testes adequados para a realização das manutenções deste equipamento pode acarretar erro de diagnóstico, protelar uma intervenção médica e aumentar os riscos à saúde dos pacientes.
- 2.11. Diante do exposto e considerando a alta complexidade tecnológica do equipamento, exigências de normas e o fato de que a unidade de Engenharia Clínica não possui condições técnicas e equipe qualificada para realização das manutenções e considerando que o equipamento Mamógrafo não possui mais garantia de fábrica, logo torna-se necessário realizar processo para contratação de empresa especializada na execução dos serviços
- 2.12. **Justificativa para Agrupamento de Itens**
- 2.12.1. O agrupamento dos itens é necessário por razões técnicas e contratuais. Considerando a complexidade dos equipamentos envolvidos na contratação, exige um único fornecedor responsável por todas as manutenções. Essa medida visa prevenir possíveis incompatibilidades entre serviços de diferentes fornecedores, que poderiam comprometer a integridade dos equipamentos e a qualidade do atendimento aos pacientes do HE/UFPEL.
- 2.13. **Lançamento para Ampla Concorrência**
- 2.13.1. No momento em que a equipe de planejamento pesquisou os serviços a serem contratados através de pregões de outras unidades e no Site do Portal de Compras do Governo Federal, a fim de construir descritivos capazes de atender as necessidades do HE UFPEL e de acordo com o disponível no mercado registradas no Relatório SEI (52659356).
- 2.13.2. Diante do exposto, para este caso, não será aplicado o contido no art. 48, inciso I da Lei Complementar nº 123/2006 (modificada pela Lei Complementar nº 147/2014)1, (que estabelece processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte para itens, cujo valor da contratação seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), haja vista a observância aos termos dispostos no art. 49, inciso II da referida lei.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

- 3.1. A contratação de empresa responsável se dará pela prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva ilimitada de 01 (um) **Mamógrafo, marca Meltratonica, modelo Helianthus**, sendo o fornecimento eventual de peças sob demanda quando autorizado pela contratante, por um período de 12 meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas HE UFPEL, administrado pela EBSERH, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:
- 3.2.

Grupo	Item	Equipamentos	Fabricante
1	1	EQUIPAMENTO 1: Mamógrafo, marca Meltratonica, modelo Helianthus , série patrimônio 9320473, pertencente a Unidade de Diagnóstico por Imagem e Diagnósticos Especializados localizado na FAMED, UFPEL no Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas.	Meltratonica
	2	Fornecimento de peças de reposição sob demanda. (VALOR FIXO, NÃO SERÁ OBJETO DE DISPUTA)	Compatível com o equipamento Mamógrafo, marca Meltratonica, modelo Helianthus.
	3	<u>BDI do Item 2</u> - Serviços de intermediação de fornecimento de peças e componentes, com aplicação, para serviços de manutenção de EMA.	—

- 3.3. Caso identificada a necessidade de manutenções preventivas ou corretivas, estas não terão limite de atendimentos ou de chamados técnicos.
- 3.4. Durante o período de contrato, nos casos de visita técnica para manutenção (corretiva ou preventiva), recall, calibração ou troca de equipamentos, partes e peças; todos os custos envolvidos, como por exemplo: Transporte (ida e volta) entre o Hospital Escola UFPEL e o fornecedor ou seus representantes, seguros, deslocamento técnico, passagens, estadia, alimentação e outros gastos inerentes a estas atividades, são de responsabilidade da contratada, independentemente do número de chamados técnicos e visitas.
- 3.5. Local de entrega de peças e partes: no Almoxarifado do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, no seguinte endereço: Rua General Neto, 1680, CEP 96015-280, Bairro Centro, Pelotas/RS, salvo se o próprio fornecedor trouxer as partes e peças, neste caso deverá procurar o setor de Engenharia Clínica para que o preposto possa acompanhar o técnico na substituição destas partes e peças.
- 3.6. As peças substituídas deverão ser novas e com as mesmas especificações técnicas e características de qualidade da peça de produção original, e ter pelo menos 12 meses de garantia conforme legislação vigente. Nos casos extraordinários, considerando a impossibilidade de aquisição de peça original, será admitida a aplicação de peça genérica ou de marca equivalente à original, desde que garantida sua compatibilidade e segurança.

4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

- 4.1. **DETALHAMENTO DA METODOLOGIA DE EXECUÇÃO :**
- 4.1.1. **Da Manutenção Preventiva:**
- 4.1.1.1. A manutenção preventiva é necessária para evitar as frequentes manutenções corretivas e com isso evitar que os equipamentos parem de funcionar de forma inesperada.
- 4.1.1.2. A Contratada deverá colar etiqueta no equipamento com a data da manutenção, devendo estar expressa a garantia dos serviços de manutenção preventiva.
- 4.1.1.3. A Contratada deverá elaborar cronograma para as manutenções preventivas, que terão a periodicidade recomendada pelo fabricante com **frequência mensal, ou intervalo que for menor**. O agendamento será realizado junto com Setor de Engenharia Clínica e a Unidade de Diagnóstico por Imagem e Diagnósticos Especializados do HE-UFPEL.

4.1.1.4. Os serviços de manutenção preventiva devem incluir, minimamente, as seguintes tarefas, respeitando as características para o modelo **Helianthus**:

4.1.1.4.1. Inspeção geral e segurança:

- a) **Integridade física** de carenagens, cabos, conectores, etiquetas e avisos de segurança; corrigir pintura danificada e limpar com materiais recomendados no IFU.
- b) **Botões de emergência** e intertravamentos: acionar e verificar operação/cancelamento antes de ligar o sistema.
- c) **Aterramento e cabos de força**, porta-fusíveis e **lista de fusíveis** (conferir valores/posição segundo o capítulo de manutenção).
- d) **Verificação elétrica** (continuidade de terra, resistência de isolamento, corrente de fuga) conforme protocolo institucional/normas aplicáveis.

4.1.1.4.2. Mecânica, movimentos e posicionamento:

- a) **Braço/C-arm isocêntrico** (quando aplicável): curso, ângulos, freios, contrapesos, escalas e leitura de ângulo.
- b) **Bucky/porta-detector**: travas, alinhamento, suavidade de deslocamento e batentes.
- c) **Acessórios e pás de compressão**: fixação, integridade, identificação e compatibilidade.

4.1.1.4.3. Sistema de compressão:

- a) **Força de compressão**: medir força máxima/programável, reprodutibilidade e linearidade; checar controle manual/automático, pedal e descompressão rápida.
- b) **Uniformidade/planicidade da pá** e paralelismo com o detector.

4.1.1.4.4. Gerador de raios X, tubo e colimação:

- a) **Cabeça/tubo**: inspeção visual (vazamentos de óleo, ruídos anormais), conectores e **cabos de alta tensão**.
- b) **Filtração/ânodo/foco** (seleção de foco pequeno/grande, teste de comutação e indicadores).
- c) **Colimação e centragem do feixe** vs. campo do detector; luz de posicionamento/alinhadores.
- d) **Reprodutibilidade e linearidade de kV/mAs** (medidor externo), tempo de exposição e estabilidade.

4.1.1.4.5. AEC e dosimetria:

- a) **AEC (câmaras, seleção e ganho)**: constância da densidade/nível de cinza e comportamento com diferentes espessuras simuladas (phantom).
- b) **Kerma na entrada e produto kerma-área** (quando aplicável): verificação de constância/limites institucionais, otimização de dose conforme protocolo de clínica/QA.

4.1.1.4.6. Detector digital/Imagem:

- a) **Calibrações do detector** (offset/dark, ganho/flat-field), mapa de pixels defeituosos e mascaramento.
- b) **Uniformidade, ruído e artefatos**: teste com phantom de uniformidade e de imagem mamográfica (resolução de baixo/alto contraste, fibras, microcalcificações).
- c) **Comunicação e sincronismo** entre gerador, detector e console (gatilho, DICOM tags).

4.1.1.4.7. Consoles, software e rede:

- a) **Console de aquisição**: versões de software/firmware, logs de erro, presets clínicos, calibrações salvas e backup.
- b) **Rede/PACS/DICOM**: testes de envio (C-STORE), consulta (C-FIND), worklist (MWL) e consistência de headers.
- c) **Monitores de diagnóstico**: verificação de constância (padrões SMPTE/TC), luminância/contraste conforme rotina de QA.

4.1.1.4.8. Painéis, LEDs e diagnósticos internos:

- a) **LEDs de diagnóstico** em placas e interpretação de estados.

4.1.1.4.9. Impressora/registro (se aplicável):

- a) Estado da impressora/gravador e checagem de densidade/escala de cinza com padrão de teste.

4.1.1.4.10. Limpeza e conservação:

- a) **Limpeza final** de superfícies conforme IFU (sem solventes agressivos), inspeção de pintura e correção de riscos/capas.

4.1.1.4.11. 11) Documentação da manutenção:

- a) Registro completo das verificações, valores medidos, partes substituídas e **calibrações executadas** (rastreadabilidade).

4.1.2. **Da Manutenção Corretiva:**

4.1.2.1. A manutenção corretiva será executada sempre que solicitada, tantas vezes quanto forem necessárias, sem ônus adicional, até o restabelecimento das condições normais de funcionamento dos equipamentos, de segunda a sexta-feira, de 8:00h às 17:00h, exceto sábados, domingos e feriados, com prazo de atendimento de até 36 horas corridas, contados a partir da comunicação à Contratada. A visita de manutenção corretiva deverá ser acompanhada por um representante da unidade de Engenharia Clínica do HE - UFPEL/EBSERH.

4.1.2.2. A visita técnica será documentada e atestada pelo técnico da firma prestadora de serviço, por um representante do serviço onde se localiza o equipamento e pelo representante da unidade de Engenharia Clínica. Neste documento estará descrito o serviço efetuado, as peças, componentes e/ou acessórios substituídos e comentários e recomendações pertinentes.

4.1.2.3. O técnico da firma prestadora de serviço, obrigatoriamente, se apresentará ao responsável da unidade de Engenharia Clínica, antes do início dos trabalhos, para acompanhamento dos serviços a serem realizados.

4.1.2.4. O prazo de atendimento da CONTRATADA será de 4 (quatro) horas corridas, contados a partir da comunicação à CONTRATADA. Nos casos em que não for possível estabelecer contato por telefone o prazo contará a partir da hora de envio do e-mail ou mensagem eletrônica via aplicativo de WhatsApp. Entende-se como viável para o cumprimento deste prazo de atendimento, que a empresa fornecedora e/ou sua assistência técnica esteja localizada em uma distância máxima de 300Km da cidade de Pelotas.

4.1.2.5. O prazo de correção da CONTRATADA será de 36 (trinta e seis) horas corridas. Nos casos em que seja necessário a substituição de peças não disponíveis em estoque, será descontado o tempo entre a solicitação das peças e a sua disponibilização à CONTRATADA, devidamente comprovada. Caso a substituição das peças solicitadas não solucione o problema, o tempo de obtenção da peça será computado no prazo de correção.

4.1.2.6. Executar os serviços atendendo as exigências deste projeto, em especial o prazo para conclusão dos serviços de manutenção corretiva, que será de até 10 (dez) dias.

4.1.2.7. Para efeito de contagem do prazo, considera-se a hora da chegada da Contratada ao local onde estão instalados os equipamentos como início do serviço, respeitando-se o tempo máximo de 36 horas corridas; e a disponibilidade destes para uso em perfeitas condições, devidamente testados, como término do reparo.

4.1.2.8. Manter disponibilidade operacional dos equipamentos igual ou superior a 90%, da máquina, ao longo de cada trimestre de vigência do contrato.

4.1.2.9. Mensalmente, até o 05 (quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, deverá ser apresentado um relatório técnico contendo as execuções dos serviços efetuados no mês bem como as providências a serem tomadas a médio e longo prazo e até 10 (décimo) dia do mês subsequente a nota fiscal/fatura,

4.1.2.10. O relatório mensal deve conter, no mínimo, as seguintes informações técnicas: data e horário do serviço executado, nome do técnico executor, identificação do equipamento que recebeu o serviço, descrição dos serviços executados, defeitos reportados pelo Serviço participante, causas identificadas ou prováveis para os defeitos, peças danificadas e/ou substituídas, tarefas pendentes para a conclusão do serviço e respectivos prazos, todas as irregularidades observadas nas condições de temperatura, umidade, alimentação elétrica ou pneumática nas instalações do equipamento, bem como todas as recomendações, eventualmente feitas pela Contratada, para a operação do equipamento.

4.1.2.11. Todos os serviços serão executados nas dependências do HE-UFPEL e, externamente, quando não for possível o reparo in loco". A firma prestadora de serviços se responsabilizará, nestes casos, por todas as despesas e pelo transporte (retirada e devolução) e guarda do material retirado.

4.1.2.12. Sempre que necessário a Contratada orientará os operadores dos equipamentos sobre o manuseio e operação dos mesmos, bem como sobre os cuidados que devem ser tomados para prevenir falhas, contaminação e acidentes com operadores.

4.1.3. **PRAZOS E LOCAL DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.1.3.1. Os serviços deverão ser iniciados no prazo de 10 dias à contar do Recebimento da Ordem de Serviço, conforme Anexo 50305684 .

4.1.3.2. Os serviços deverão ser realizados na Faculdade de Medicina - FAMED do Hospital Escola da UFPEL, localizado no seguinte endereço: sito à Av. Duque de Caxias, 250 - Fragata, Pelotas - RS, 96030-000., Pelotas - RS.

4.1.3.3. Em caso de situação de calamidade pública, endemias ou pandemias, ou outra situação emergencial que implique na mudança de endereço do mamógrafo, a empresa contratada será comunicada para que se organize da melhor forma possível para atendimento no novo endereço.

4.1.3.4. A manutenção corretiva será executada sempre que solicitada, tantas vezes quantas forem necessárias, sem ônus adicional, até o restabelecimento das condições normais de funcionamento dos equipamentos, de segunda a sexta-feira, das 7:00h às 17:00h, exceto sábados, domingos e feriados, com prazo de primeiro atendimento de até 24 horas corridas (inclusive aos finais de semana, uma vez que o funcionamento do HE-UFPEL-EBSERH é ininterrupto), contados a partir da comunicação à firma Contratada. O prazo máximo para recomposição de funcionamento do equipamento é de 10 dias.

4.1.3.5. A manutenção preventiva deverá ocorrer conforme periodicidade recomendada pelo fabricante ou mensal, (o intervalo que for menor).

4.1.3.6. A Contratada deverá elaborar cronograma para as manutenções. O agendamento será realizado junto ao Setor da Engenharia Clínica do Hospital Escola da UFPEL de segunda a sexta-feira, das 7:00h às 17:00h, exceto sábados, domingos e feriados.

4.1.4. **LOCAL DE ENTREGA DE PEÇAS E PARTES:**

4.1.4.1. No Almoxarifado do Hospital Escola da Universidade Federal de Pelotas, no seguinte endereço: Rua General Neto, 1680, CEP 96015-280, Bairro Centro, Pelotas/RS aos cuidados do Setor de Engenharia Clínica, salvo se o próprio fornecedor trouxer as partes e peças, neste caso deverá procurar o Setor de Engenharia Clínica para que o preposto possa acompanhar o técnico na substituição destas partes e peças.

4.1.4.2. O Almoxarifado do HE-UFPEL funciona para recebimento de mercadorias de segunda a sexta-feira, das 8 horas as 12 horas e das 14 horas as 17 horas e 30 minutos.

4.1.4.3. Local onde encontra-se instalado o equipamento: Faculdade de Medicina - **FAMED do Hospital Escola da UFPEL, sito à Av. Duque de Caxias, 250 - Fragata, Pelotas - RS, 96030-000., Pelotas - RS.**

4.1.5. **MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

4.1.5.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.1.5.2. Se a peça for exclusiva do fabricante a comprovação será através de 03 NFs ou declaração do fabricante informando que este é o preço praticado no mercado.

4.1.5.3. Todas as peças de reposição deverão ser novas, originais e de primeira linha. Na inexistência de peças genuínas ou originais, devidamente justificada pela Contratada, esta poderá utilizar peças similares às originais de comprovada qualidade, com autorização prévia da unidade de Engenharia Clínica.

4.1.5.4. Todas as peças substituídas, quando à base de troca, deverão ser apresentadas ao responsável da unidade de Engenharia Clínica antes de serem retiradas do Hospital, mediante recibo especificando os materiais trocados, datado e assinado pela Contratada.

4.1.5.5. A empresa Contratada deverá, previamente à assinatura do contrato, realizar registro de preços, com validade anual, referente às peças citadas neste tópico, isto é, anexar à sua proposta comercial o orçamento de tais peças e tubos de raios-x, com validade anual, para que a Contratante dê maior celeridade em eventual processo administrativo de aquisição de material, se for o caso.

4.1.5.6. O valor total anual disponível para possíveis aquisições de peças quando autorizado pelo fiscal do contrato está discriminado na tabela 3.2, subitem 02.

4.1.5.7. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

4.1.6. **PEÇAS, MATERIAIS E INSUMOS:**

4.1.6.1. As peças ou materiais que por defeito, quebra, fadiga ou por fim da vida útil necessitem de substituição para o correto funcionamento do equipamento serão fornecidas pela CONTRATADA ou pela CONTRATANTE, a critério da CONTRATANTE. Nos casos de o fornecimento ocorrer pela CONTRATADA o fornecimento será sob demanda quando autorizado pela contratante.

4.1.6.2. O faturamento de fornecimento de peças é objeto de medição mensal.

4.1.6.3. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO. Nos casos extraordinários de indisponibilidade de peças novas, a utilização de peças recondicionadas poderá ser admitida mediante prévia autorização da FISCALIZAÇÃO, desde que em caráter temporário, e até a chegada da peça nova, de modo a não provocar prejuízo aos serviços da Imaginologia.

4.1.6.4. O Fiscal do Contrato, sempre que entender necessário, poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, sobre a origem dos materiais (inclusive nota fiscal) ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando sua qualidade.

4.1.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

4.1.7.1. Será considerado o custo de aquisição, acrescido do BDI para material, descontado o deságio da licitação, ou seja, através da seguinte equação:

$$P = C \times (1 + BDI(ma))$$

Sendo:

P = preço a ser ressarcido;

C = custo de aquisição;

BDI(ma) = Benefícios e Despesas Indiretas para fornecimento de materiais de 38,75% (52379971);

4.1.7.2. Após a aprovação da aquisição de peças, dispositivos, componentes, acessórios e materiais, a CONTRATADA deverá adotar os parâmetros descritos no art. 31 do RLCE 2.0 e, sucessivamente, apresentar no mínimo 03 (três) orçamentos ou, para aqueles itens comercializados por empresas únicas, apresentar documentação comprobatória por meio de carta de exclusividade. Caso não seja possível apresentar a quantidade mínima de orçamentos, a CONTRATADA deverá apresentar o(s) orçamento(s) obtido(s) e uma declaração por escrito à Equipe de Fiscalização com a devida justificativa.

4.1.7.2.1. A remuneração destas peças ocorrerá a partir do acréscimo de BDI (Bonificação de Despesas Indiretas) para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos, conforme item 1.8 deste Termo de Referência.

I - O valor percentual do BDI deverá ser reduzido ou excluído, conforme o caso, quando verificado que os preços relativos à aplicação de peças e serviços especializados já embutem um ou mais custos indiretos necessários à execução daqueles encargos contratuais.

4.1.7.3. O pagamento das peças, dispositivos, componentes, acessórios e materiais para a CONTRATADA terá como base o valor do menor orçamento

aprovado para a compra das peças utilizadas. Sobre o valor do orçamento, será aplicado o percentual referente a taxa de Benefícios e Despesas Indiretas BDI (DESPESAS OPERACIONAIS, CUSTOS INDIRETOS, LUCROS E TRIBUTOS), estabelecido neste Projeto Básico como sendo o valor médio do BDI para itens de mero fornecimento de materiais e equipamentos (39,65%), baseado nos estudos do Tribunal de Contas da União - TCU, em consonância com o Acórdão nº 2.622/2013-Plenário, e que resultará no valor a ser pago pela CONTRATANTE à CONTRATADA. Conforme Anexo (52379971)

4.1.7.4. O custo de aquisição será determinado pelo fiscal do contrato, através de cotação no mercado, ou outra metodologia que julgar aplicável, retroagindo o valor através do IPCA a partir da data de assinatura do contrato. Dessa forma todos os materiais terão a mesma data de reajuste;

4.1.7.5. O valor do BDI deverá ser informado na proposta;

4.1.7.6. No início do contrato, a CONTRATADA deverá fornecer uma relação das principais peças de reposição do equipamento com o seu devido orçamento, para realizar programação de aquisição de peças. Este preço será válido como primeiro Custo de Aquisição C da fórmula acima.

4.1.7.7. O ressarcimento de fornecimento de peças é objeto de medição mensal.

4.1.7.8. A retirada de componentes para calibração, prevista na manutenção preventiva, deve ocorrer mediante sua substituição durante o período em que o componente não estiver disponível, de modo a não interromper as atividades assistenciais desenvolvidas, esses componentes sobressalentes devem estar devidamente calibrados e deverão ser fornecidos pela CONTRATADA devendo fazer parte do custo fixo do contrato.

4.1.7.9. Todos os materiais e peças a serem empregados nos serviços deverão ser novos, comprovadamente de primeira qualidade, e estar de acordo com as especificações, devendo ser submetidos à prévia aprovação da FISCALIZAÇÃO. Nos casos extraordinários de indisponibilidade de peças novas, a utilização de peças reconcondicionadas poderá ser admitida mediante prévia autorização da FISCALIZAÇÃO, desde que em caráter temporário, e até a chegada da peça nova, de modo a não provocar prejuízo aos serviços da Unidade de Diagnóstico por Imagem e Diagnósticos Especializados.

4.1.7.10. A CONTRATADA assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, limpeza, testes, calibração, validação, membranas e filtros, lubrificação e conservação dos equipamentos, tais custos deverão estar previstos no custo fixo do contrato. Entende-se por materiais de consumo aqueles que não se agregam fisicamente ao equipamento, sendo meramente utilizados nas atividades de apoio operacional como por exemplo: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, veda rosca, material de escritório, colas, produto de limpeza, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante dentre outros necessários para o serviço.

4.1.7.11. O Fiscal do Contrato, sempre que entender necessário, poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, sobre a origem dos materiais (inclusive nota fiscal) ou de certificados de ensaios relativos aos mesmos, comprovando sua qualidade.

4.1.7.12. Todas as peças substituídas, quando à base de troca, deverão ser apresentadas ao responsável da unidade de Engenharia Clínica antes de serem retiradas do Hospital, mediante recibo especificando os materiais trocados, datado e assinado pela Contratada.

4.1.7.13. O valor total anual disponível para possíveis aquisições de peças quando autorizado pelo fiscal do contrato está discriminado na tabela 1.2, subitem 02.

4.1.7.14. A Contratada assumirá a responsabilidade e o ônus pelo fornecimento de todos os materiais de consumo necessários à revisão, limpeza, testes, recarga, calibração, lubrificação e conservação dos equipamentos. Entende-se por materiais de consumo, de forma exemplificativa: álcool, benzina, estopa, flanela, fita isolante, soldas, graxas, lixas, óleo lubrificante, vaselina, gás, produto de limpeza não abrasivo e biodegradável, necessários à manutenção dos equipamentos e recomendados pelo fabricante e correlatos.

4.1.7.15. A empresa Contratada deverá, previamente à assinatura do contrato, realizar registro de preços, com validade anual, referente às peças citadas neste tópico, isto é, anexar à sua proposta comercial o orçamento de tais peças e tubos de raios-x, com validade anual, para que a Contratante dê maior celeridade em eventual processo administrativo de aquisição de material, se for o caso.

4.1.8. Das condições do serviço:

4.1.8.1. Os serviços deverão ser realizados pela CONTRATADA nas dependências da CONTRATANTE e, externamente, quando não for possível o reparo "in loco". A empresa prestadora de serviços se responsabilizará, nestes casos, por todas as despesas e pelo transporte do material retirado.

4.1.8.2. As ferramentas e instrumentos utilizados nas manutenções e dos equipamentos deverão ser fornecidos pela CONTRATADA.

4.1.8.3. A responsabilidade pelo transporte e descarte dos resíduos provenientes dos serviços será da CONTRATADA.

4.1.8.4. Em cada visita realizada pelo CONTRATADO, tanto para manutenção preventiva quanto corretiva, deverá ser elaborado um Boletim de Visita onde serão indicados os serviços realizados e a relação de peças eventualmente substituídas, além de outros registros pertinentes. Esse boletim deverá ser visado pela FISCALIZAÇÃO por ocasião da visita e ser anexado ao livro de ocorrências que deve ser criado pela CONTRATADA.

4.1.8.5. Mensalmente, até o 05º (quinto) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, deverá ser apresentado um Relatório Técnico que deverá acompanhar a nota fiscal/fatura, observado o resultado do IMR, contendo as execuções dos serviços efetuados no mês bem como as providências tomadas, e as a serem tomadas a médio e longo prazo.

4.1.8.6. O relatório mensal deve conter, no mínimo, as seguintes informações técnicas: data e horário do serviço executado, nome do técnico executor, descrição dos serviços executados, defeitos encontrados, causas identificadas ou prováveis para os defeitos, peças danificadas e/ou substituídas, tarefas pendentes para a conclusão do serviço e respectivos prazos, todas as irregularidades observadas nas condições de temperatura, pressão, alimentação elétrica nas instalações do equipamento, bem como todas as recomendações, eventualmente feitas pela CONTRATADA, para a operação do equipamento.

4.1.8.7. A CONTRATADA se comprometerá a auxiliar, sempre que necessário, todos os colaboradores da CONTRATANTE no que tange a resolução de problemas operacionais, treinamentos e retirada de dúvidas sobre o manuseio e operação dos mesmos, bem como sobre os cuidados que devem ser tomados para prevenir falhas, contaminação e acidentes com operadores.

5. DA VISTORIA

5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o participante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda-feira a sexta-feira, das 9 horas às 16 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente junto ao **Sector de Engenharia Clínica** pelo telefone **(53) 32844927**, com pelo menos 48 horas de antecedência da data de realização da licitação. A visita será acompanhada por servidor designado para esse fim.

5.1.1. Considerando a complexidade na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, de 01 (um) Mamógrafo, marca Melatronica, modelo Helianthus, série HELI/ 0179/C3, patrimônio 9320473EBSERH, é indicada a realização de vistoria prévia aos locais. Neste momento, cada empresa interessada deverá conhecer onde serão executados os serviços, examinar as áreas, tomar ciência do estado de conservação do equipamento e do prédio, eventuais dificuldades para execução dos serviços, de modo que não serão atendidas solicitações sob argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho, do equipamento ou de dificuldades diversas quando da execução dos serviços. O HE UFPEL não pode ser prejudicado por uma prestação de serviço mal dimensionada e/ou mal planejada e consequentemente ineficaz.

5.1.2. Serão disponibilizados data e horário diferentes para os eventuais interessados.

5.1.3. Para a vistoria, o Licitante ou o seu representante, deverá estar devidamente identificado, de acordo com as regras de identificação adotadas pelo HE UFPEL;

5.1.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

5.1.5. O dimensionamento incorreto prejudicará o HE UFPEL por risco de não atender plenamente ao objeto desta contratação.

5.1.6. A realização de vistoria é opcional e serve para o conhecimento das eventuais dificuldades na execução dos serviços e, caso o participante desconsidere tal necessidade, não poderá alegar o desconhecimento das condições de funcionamento dos equipamentos e grau de dificuldades existentes como justificativa para recusar-se a assinar o contrato ou eximir-se das obrigações assumidas em decorrência da execução do objeto, devendo, neste caso, assinar declaração de responsabilidade e ciência das condições do mesmo.

5.1.7. Juntamente com a proposta deverá ser enviado o termo de vistoria Modelo anexo ao edital (52534099);

6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO

6.1. Contratação por Preço Global, uma vez que foi possível definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem

7. FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL

7.1. A contratação será formalizada pela assinatura de termo de contrato, com vigência de 12 (doze) meses, prorrogáveis até o limite de 5 (cinco) anos, na forma do art. 147 do RLCE.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E GESTÃO DO CONTRATO

8.1. FORMA DE COMUNICAÇÃO ENTRE CONTRATANTE E CONTRATADA:

8.1.1. A EFC e a empresa a ser contratada utilizarão os seguintes mecanismos de comunicação: reuniões remotas (videochamada/videoconferência) de trabalho, telefones, mensagens eletrônicas (e-mail e aplicativo WhatsApp) e/ou correspondências oficiais, adotando o critério de razoabilidade para definir o meio utilizado e respeitando a formalização devida.

8.1.2. Até 15 (quinze) dias da assinatura do contrato a contratada deverá informar o contato telefônico para ligações e/ou WhatsApp que estejam disponíveis 24 horas para os chamados que serão abertos no decorrer do contrato.

8.2. Conforme determina o Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH, a execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Ebserh com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

8.3. Assim sendo, a Ebserh designará formalmente uma Equipe de Fiscalização de Contrato, por ato do Gerente Administrativo, podendo conter a indicação de titulares e substitutos para as atividades.

9. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. A EMISSÃO DA NOTA FISCAL/FATURA DEVE SER PRECEDIDA DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS, nos termos abaixo:

9.2. No prazo de até 5 (cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

9.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, mediante termo detalhado, no prazo de até o dia 5 (cinco) do mês subsequente para envio da documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual, pelos fiscais técnico e administrativo, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

9.4. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

9.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

9.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

9.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

9.8. O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

9.9. O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

9.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

9.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

9.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

9.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

9.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias do mês, contados do recebimento provisório, pelo gestor contratual, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

9.16.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

9.16.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

9.16.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

9.16.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

9.16.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

9.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

9.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

10. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

10.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 13.303/2016 e o Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh, versão 2.0 (RLCE 2.0), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

10.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

10.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

10.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

10.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para

execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

- 10.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.
- 10.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 10.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 10.7.1.1. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 10.7.1.2. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 10.7.1.3. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 10.7.1.4. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 10.7.1.5. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 10.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 10.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 10.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 10.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 10.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 10.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.
- 10.9.4. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 10.10. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 10.11. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.
- 10.12. As disposições previstas neste item não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05, de 2019, aplicável no que for pertinente à contratação.
- 10.13. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais.

11. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 11.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os serviços efetivamente realizados, até o 30º (trigésimo) dia após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente.
- 11.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.4. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação.
- 11.4.1. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa; o prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da Contratada, a critério da Contratante.
- 11.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.4.3. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.
- 11.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.6. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 11.7. A Ebserrh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 11.8. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **6% (seis por cento)** de correção monetária.

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(6/ 100)
	365

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

11.9. **DA NOTA FISCAL:**

11.10. A nota fiscal poderá ser emitida somente após o envio do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO à contratada por e-mail.

11.10.1. A Nota Fiscal deve ser emitida para o seguinte Tomador:

- a) **Nome / Razão Social:** EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH FILIAL PELOTAS
- b) **CNPJ:** 15.126.437/0023-59
- c) **Endereço:** Rua Professor Doutor Araújo, 538
- d) **Bairro:** Centro
- e) **CEP:** 96.020-360
- f) **Município:** Pelotas
- g) **UF:** RS
- h) **Fone:** 53- 3284 4900

11.11. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser informado nesta os dados bancários da Empresa:

11.11.1. **Dados para pagamento:**

- a) **Banco:** Nome do Banco
- b) **Agência:** XXXX-X
- c) **Conta Corrente:** 000000-0

11.12. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos Serviços Prestados, Objetos Locados e/ou Materiais fornecidos, conforme segue:

11.12.1. **Descrição dos Serviços:**

- a) **Número da Nota de Empenho:** XXXXXXXX
- b) **Processo:** 23762.0XXXXX/202X-XX
- c) **Objeto:**
- d) **Município:** Pelotas
- e) **Competência:** mês/Ano
- f) **Descrição Detalhada dos Serviços:** XX.

11.13. Em caso de objeto contendo diversos itens, na nota fiscal, deverá constar estes itens detalhadamente com seu respectivo valor unitário e total.

11.13.1. A nomenclatura dos itens (Dados ou Discriminação dos Produtos ou Serviços) deve obrigatoriamente ser a mesma que consta no presente Termo de Referência.

11.14. A nota fiscal deverá ser emitida com as informações pertinentes à retenções tributárias cabíveis, conforme determina o § 6º do inciso VI, do artigo 2º da IN RFB 1234/2012.

Índice de Medição de Resultados - IMR

11.15. Durante a verificação da conformidade na realização dos Serviços, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

11.15.1. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:

- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;
- b) não configure descaracterização do objeto contratado.

Indicador nº 1 - Atraso na Realização dos Serviços	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização dos Serviços no prazo pactuado.
Meta a cumprir	O prazo estipulado para a conclusão dos serviços, sendo contado após recebimento da Ordem de Serviço.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço Documento com o registro da Conclusão dos Serviços
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada Ordem de Serviço
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de Conclusão dos Serviços) - (Data de recebimento da Ordem de Serviço) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia da Conclusão do Serviço. ** ex.: no caso de uma Ordem de Serviço enviada e recebida em 01/04/2022, com a conclusão realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022 = 21 dias percorridos)
Início da vigência	Recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de Conclusão dos Serviços: 100% do valor contratado b) Atraso de até 3 dias: 99% do valor contratado c) Atraso entre 3 e 5 dias: 97% do valor contratado d) Atraso acima de 5 dias: 95% do valor contratado
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de	

Observações	apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela EFC não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.
--------------------	---

Indicador nº 2 - Atraso na entrega das peças	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a realização dos Serviços no prazo pactuado.
Meta a cumprir	O prazo estipulado para a entrega de peças de no máximo 10 dias úteis, sendo contado após a identificação da necessidade de substituição.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço Documento com o registro da Conclusão dos Serviços
Forma de acompanhamento	Pela documentação comprobatória
Periodicidade	A cada Ordem de Serviço
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = (Data de Conclusão dos Serviços) - (Data de recebimento da Ordem de Serviço) * excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia da Conclusão do Serviço. ** ex.: no caso de uma Ordem de Serviço enviada e recebida em 01/04/2022, com a conclusão realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022 = 21 dias percorridos)
Início da vigência	Recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente.
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de Conclusão dos Serviços: 100% do valor contratado b) Atraso de até 3 dias: 99% do valor contratado c) Atraso entre 3 e 5 dias: 97% do valor contratado d) Atraso acima de 5 dias: 95% do valor contratado
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela EFC não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa.

- 11.16. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites permitidos pelo art. 177 do RLCE 2.0;
 - b) não configure descaracterização do objeto contratado.

12. FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 12.1. Trata-se de serviço comum de engenharia de caráter continuado **sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 12.2. Os serviços a serem contratados não se enquadram nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 4º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 12.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.
- 12.4. Trata-se de Contratação de **Serviço comum de Engenharia**, a ser contratada mediante **licitação, na modalidade pregão tradicional, em sua forma eletrônica**.

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR MODO DE DISPUTA:

- 13.1. **Modo de Disputa:**
- 13.1.1. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”
- 13.2. **Intervalo entre lances:**
- 13.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de 0,50%.
- 13.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**
- 13.3.1. certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- 13.3.2. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.
- 13.3.2.1. a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes desta contratação será verificada mediante a obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:
- $$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$
- $$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$
- 13.3.2.2. no caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (art. 3º do Decreto nº 8.538/2015);
- 13.3.2.3. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis

referentes ao período de existência da sociedade;

13.3.2.4. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

13.3.2.5. as empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Ebserh, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 5% do valor da proposta apresentada para o item pertinente.

13.4. **Habilitação jurídica:**

13.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

13.5.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

13.5.2. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portal.doempreendedor.gov.br;

13.5.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

13.5.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

13.5.5. No caso de sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

13.5.6. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

13.5.7. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

13.5.8. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, § 2º, do Decreto nº 7.775/2012.

13.5.9. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS - CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 971/2009 (arts. 17 a 19 e 165).

13.5.10. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

13.5.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações relevantes ao objeto desta Licitação e à composição societária atual da empresa ou da última consolidação.

13.6. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

13.6.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

13.6.2. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

13.6.3. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

13.6.4. prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

13.6.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452/1943;

13.6.6. cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.7. Em relação às licitantes cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

13.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei nº 5.764/1971;

13.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual - DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

13.7.3. O registro previsto no art. 107 da Lei nº 5.764/1971;

13.7.4. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

13.7.5. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

a) ata de fundação;

b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

g) a última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764/1971 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

13.8. Em se tratando de microempreendedor individual - MEI, deverão ser observadas as regras específicas da Lei Complementar n.º 123/2006 e da Minuta de Edital para a dispensa de um ou mais requisitos de habilitação previstos neste Termo de Referência.

13.9. **Qualificação Técnica:**

13.9.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de serviços em características e quantidades compatíveis com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de declaração, certidão ou atestado emitidos pelo conselho profissional competente ou clientes atendidos pela empresa com validade de no máximo três anos anteriores à data de publicação do edital.

13.9.1.1. O objeto da presente licitação consiste no fornecimento de equipamento médico de elevada complexidade tecnológica, cujo mercado é caracterizado por constantes inovações, atualizações normativas, evolução de padrões de segurança, desempenho clínico e requisitos regulatórios. Nesse contexto, a comprovação de experiência recente mostra-se essencial para assegurar que a licitante detenha capacidade técnica atual, efetiva e compatível com o estado da arte do setor, reduzindo riscos à Administração quanto à execução contratual.

13.9.1.2. A limitação temporal adotada não visa excluir potenciais concorrentes, mas sim assegurar que a experiência apresentada reflita práticas contemporâneas, compatíveis com os requisitos técnicos, assistenciais e regulatórios atualmente exigidos para o fornecimento, instalação, suporte e eventual assistência técnica do equipamento médico licitado. A experiência excessivamente pretérita pode não traduzir, de forma fidedigna, a capacidade operacional atual da empresa, especialmente em um segmento altamente dinâmico como o de tecnologias em saúde.

13.9.1.3. Ressalta-se que o prazo de 3 (três) anos revela-se razoável, proporcional e amplamente aceito na prática administrativa, permitindo a

participação de empresas efetivamente atuantes no mercado, sem impor ônus desnecessário ou inviabilizar a competitividade do certame. Ademais, a exigência admite atestados emitidos tanto por clientes quanto por conselhos profissionais competentes, ampliando as formas de comprovação e mitigando eventual caráter restritivo.

13.9.1.4. Do ponto de vista jurídico, a exigência encontra amparo no art. 58, inciso II, da Lei nº 13.303/2016, bem como no entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União, conforme disposto no Acórdão TCU nº 1378/2023-Plenário, segundo o qual é admissível, em licitações promovidas por empresas estatais, a fixação de limitação temporal para atestados de qualificação técnica, desde que devidamente motivada e sem prejuízo à competitividade.

13.9.1.5. Dessa forma, a manutenção do subitem 13.9.1, com a limitação temporal de até 3 (três) anos, mostra-se necessária, adequada e juridicamente válida, atendendo ao interesse público, à segurança assistencial e à adequada execução do objeto contratual, sem afronta aos princípios da isonomia e da ampla competitividade.

13.9.1.6. Deverá constar na declaração, a informação de que a empresa presta ou já prestou serviços de manutenção em equipamentos médicos.

13.10. **A Qualificação Técnica da licitante será comprovada através da seguinte documentação, independentemente do cadastro do SICAF:**

13.10.1. **CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ou órgão competente, da empresa licitante**, no ramo de atividade de engenharia, da região a que estiverem vinculados, com prazo de validade em vigor, pertinente ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação;

13.10.2. **CERTIDÃO DE REGISTRO ou INSCRIÇÃO no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) do(s) seu(s) responsável(is) técnico(s)**, no ramo de atividade de engenharia elétrica, ou engenharia eletrônica, ou engenharia mecânica, com especialização em Engenharia Clínica ou ainda formação em ou engenharia biomédica, da região a que estiverem vinculados, com prazo de validade em vigor, pertinentes ao seu ramo de atividade relacionada com o objeto da presente contratação; e do(s) seu(s) responsável(is) técnico.

a) A empresa licitante que não sejam registrados/inscritos no CREA do Estado do Rio Grande do Sul, deverão apresentar DECLARAÇÃO de que, na ocasião da assinatura do contrato, providenciarão os respectivos vistos deste órgão regional, conforme **Resolução do CONFEA nº 1.121, de 13 de dezembro de 2019**.

13.10.3. A empresa Contratada deverá manter documentação atualizada e comprobatória da prestação de serviços.

13.10.3.1. **ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA DA EMPRESA (OPERACIONAL)**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, onde se atesta(m) que a empresa tenha executado prestação de serviços de manutenção de equipamentos de mamografia.

13.10.3.2. A empresa vencedora deverá fornecer **ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) CREA/RS** sobre o serviço.

13.10.4. Habilitação técnico-profissional:

13.10.4.1. Apresentação do(s) profissional(is) que será(ão) o(s) responsável(is) pela execução dos serviços:

a) Diploma emitido por instituição de ensino reconhecida pelo MEC como técnico em uma das seguintes áreas Eletrônica, eletrotécnica, mecânica, eletromecânica, mecatrônica, médico-hospitalar ou biomédica.

13.10.4.2. O responsável técnico e/ou membro da equipe técnica acima elencado deverá pertencer ao quadro permanente do licitante, na data prevista para o início dos serviços, entendendo-se como tal, para todos os fins, o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social; o administrador ou o diretor; o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social; e o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante; ou ainda mediante declaração de compromisso de vinculação contratual futura, com anuência dos profissionais, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação.

13.10.4.3. No caso de o responsável técnico apresentado na condição do subitem anterior deixar de possuir vínculo com a licitante no ato da assinatura do contrato, será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração e que possua atestados equivalentes ou superiores ao do profissional indicado no ato da licitação sob o risco de ser inviabilizada a assinatura do contrato, no caso de não atendimento desta última condição.

13.10.5. Declaração de que nenhum dos sócios proprietários ou gerentes são funcionários da Universidade Federal de Pelotas - UFPEL ou Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH.

13.10.6. Para fins de habilitação, a verificação em sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

14. **OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

14.1. **Obrigações da Contratada:**

14.1.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

14.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.1.3. A CONTRATADA obrigar-se-á a fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC) aos seus trabalhadores, de uso imprescindível, em conformidade ao que dispõe a legislação vigente.

14.1.4. Cabe a CONTRATADA assumir o ônus de eventuais reclamações trabalhistas, bem como as despesas que por ventura se façam necessárias para atendimento e recuperação de acidentados, inclusive as decorrentes de eventuais ações civis;

14.1.5. Informar previamente à Fiscalização sempre que houver necessidade de serviços que não façam parte do contrato.

14.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida neste Termo de Referência, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.1.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.1.8. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

14.1.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

14.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadiplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

14.1.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

14.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

14.1.13. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

14.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

- 14.1.15. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 14.1.16. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 14.1.17. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 14.1.18. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.1.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 14.1.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.1.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação.
- 14.1.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 14.1.23. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 14.1.24. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 14.1.24.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 14.1.24.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 14.1.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos da contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.
- 14.1.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 14.1.27. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.
- 14.1.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do CONTRATANTE.
- 14.1.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o Contratado relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 14.1.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE.
- 14.1.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 14.1.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 14.1.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.
- 14.1.34. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.
- 14.1.35. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:
- 14.1.35.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- 14.1.35.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA n.º 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;
- 14.1.35.3. Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória; e
- 14.1.35.4. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.
- 14.1.36. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:
- 14.1.36.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso.
- 14.1.36.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, o Contratado deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
- 14.1.36.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros.
- 14.1.36.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura.
- 14.1.36.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 14.1.36.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- 14.1.36.3. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

14.1.36.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, o Contratado comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

14.1.37. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

14.1.37.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

14.1.37.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

14.1.37.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

14.1.37.4. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do CONTRATANTE, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

14.1.37.5. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

14.1.37.6. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.)

14.1.37.7. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:

- a) identificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- b) apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- c) não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- d) quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

14.1.38. **Obrigações da Contratante:**

14.1.38.1. Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do serviço objeto do presente instrumento, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas.

14.1.38.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.38.3. Disponibilizar os equipamentos para a manutenção, previamente agendado com a CONTRATADA, por intermédio do fiscal do contrato.

14.1.38.4. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros, em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.1.38.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designados, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

14.1.38.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

14.1.38.7. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

14.1.38.8. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

14.1.38.9. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

14.1.38.10. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

14.1.38.11. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

14.1.38.12. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

14.1.38.13. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

14.1.38.14. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

14.1.38.15. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

14.1.38.16. Cientificar órgão de representação judicial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

14.1.38.17. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;

14.1.38.18. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais.

14.1.38.19. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

14.1.38.20. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

14.1.38.21. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

14.1.38.22. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

14.1.38.23. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

- 14.1.38.24. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 14.1.38.25. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 14.1.38.26. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 14.1.38.27. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 14.1.38.28. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 14.1.38.29. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 14.1.38.30. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 14.1.38.31. Não incorrer em quaisquer das vedações previstas nos arts. 69 e 124 do RLCE 2.0.

15. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

15.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:

- a) adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- b) assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
- c) manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
- d) adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- e) cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- f) orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- g) comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGP

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

16.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.1.2. Multa:

16.1.2.1. Moratória de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias. Após o 15º dia e a critério da CONTRATANTE, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.1.2.2. Moratória de 0,2% (dois décimos por cento) até 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima;

16.1.2.3. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor anual do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

16.1.2.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Ebserh a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 184, inciso I, do RLCE 2.0;

16.1.2.5. Compensatória, para a inexecução parcial do contrato, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor anual da contratação.

16.1.2.6. Compensatória, para a inexecução total do contrato, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor anual da contratação.

16.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

16.1.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa que:

16.1.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.1.4.2. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

16.1.4.3. prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

16.1.4.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.4.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.4.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.4.7. após manifestar formalmente interesse na prorrogação do contrato, não celebrar o aditivo de prorrogação.

16.1.5. As sanções de advertência e de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderão ser aplicadas juntamente com multa.

16.1.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.1.7. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Ebserh.

16.1.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, a Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

16.1.9. A comunicação do ato para fins de contagem de prazos será feita, preferencialmente, na forma eletrônica, desde que haja confirmação de recibo por parte da CONTRATADA.

16.1.10. Aplicada a sanção de multa, deverão ser adotadas as seguintes medidas de cobrança administrativa do débito:

16.1.10.1. emissão de Guia de Recolhimento da União (GRU) e envio para pagamento pelo fornecedor sancionado;

16.1.10.2. não realizado o pagamento da GRU, compensação total ou parcial do débito com eventuais créditos, inclusive pagamentos pendentes, que o fornecedor sancionado possua com a Ebserh, ainda que decorrentes de outros ajustes;

16.1.10.3. na hipótese de não existirem créditos disponíveis ou se forem insuficientes para quitar o débito, execução da garantia prestada pelo fornecedor sancionado, se houver;

16.1.10.4. não havendo garantia, ser executada, parcelamento total ou parcial do débito, mediante negociação entre a Ebserh e o fornecedor

sancionado.

16.1.10.4.1. O parcelamento não se aplica à parcela do débito a ser compensada com eventuais créditos ou executada da garantia prestada, se houver.

16.1.11. Esgotadas as medidas administrativas sem a integral quitação do débito, os autos serão remetidos à Consultoria Jurídica da Ebserh, para análise da viabilidade de cobrança judicial.

16.1.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

16.1.13. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.1.14. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.1.15. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.1.16. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf, no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e, no caso de sanção de multa, no Cadin, nos termos da Lei n.º 10.522/2002.

16.1.17. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, nos termos da Lei n.º 12.846/2013, ou em outras plataformas de cadastro de inadimplentes de pessoas jurídicas autorizadas pela Ebserh.

16.1.18. As sanções aplicadas pelos Hospitais Universitários e pela Administração Central terão abrangência no âmbito de toda a Rede Ebserh.

16.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

TABELA 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

TABELA 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato o(s) preposto(s);	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários	01

16.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei n.º 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

16.4. Deverá ser emitida GRU - Guia de Recolhimento da União para pagamento da multa devida pela empresa contratada.

16.5. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

16.6. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

16.8. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei n.º 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias dos processos administrativos necessários à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização (PAR).

16.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei n.º 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no SICAF.

16.11.1. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei n.º 12.846/2013.

17. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO

17.1. Não será exigida Garantia, Assistência Técnica ou Treinamento para os produtos e / ou serviços.

17.2. A contratada deve garantir que os serviços e peças contratados estejam em conformidade com o código de defesa do consumidor.

18. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

18.1. A Contratada apresentará, **no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis**, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por **caução em dinheiro, seguro-garantia**, emitido por instituição credenciada na Superintendência de Seguros Privados - Susep ou **fiança bancária**, emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no país pelo Banco Central do Brasil, em **valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato**, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias

após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

- 18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 18.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.
- 18.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 18.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- 18.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- 18.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
- 18.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 18.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 18.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 18.5. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 18.6. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 18.7. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 18.8. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 18.9. Será considerada extinta a garantia:
- 18.9.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
- 18.9.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.
- 18.10. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.
- 18.11. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Termo de Referência e no Contrato.
- 18.12. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 144, § 6º do RLCE 2.0;

19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 19.1. Para esta contratação não será necessário licenciamento ambiental prévio, na forma das resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) n.º 001/1986 e n.º 237/1997 e da Lei n.º 6.938/1981.

19.2. CRITÉRIOS AMBIENTAIS ADOTADOS (SUSTENTABILIDADE):

- 19.2.1. Nos termos do Art. 4º do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEERH, as contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

- 19.2.1.1. Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- 19.2.1.2. Mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- 19.2.1.3. Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- 19.2.1.4. Avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
- 19.2.1.5. Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;
- 19.2.1.6. Acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.
- 19.2.1.7. Busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

- 19.2.2. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:

- 19.2.2.1. Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

- a) disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- b) utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- c) vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

- 19.2.3. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:

- 19.2.3.1. Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:

- a) adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gasto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;
- b) adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;
- c) coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
- d) implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;
- e) elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;
- f) relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a diretriz da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.

- 19.2.4. Acrescente-se, a respeito da definição de critérios e práticas de sustentabilidade, a necessária observância da Lei nº 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, do Decreto nº 7.404/2010, que a regulamenta, da Lei nº 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e da Instrução Normativa nº 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, sem prejuízo de outros

normativos que se verifique aplicáveis ao caso concreto.

19.2.5. Acrescente- se, a respeito inserção da sustentabilidade em serviços de engenharia no que tange a prevenção e gestão de resíduos conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 8ª Edição - Publicação de Outubro/2025" conforme [link](#).

19.2.6. Acrescente- se atenção aos requisitos de acessibilidade, possibilitando que todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, frequentem os espaços e prédios públicos e possam usar de forma segura e autônoma ou seus equipamentos e instalações conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 8ª Edição - Publicação de Outubro/2025" conforme [link](#).

20. CRITÉRIOS DE REAJUSTE

- 20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 20.2. Após o interregno de um ano dos prazos acima, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do **Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA** ou outro que venha a substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 20.3. Deverá haver consulta formal à Contratada quanto à possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade, ou redução do percentual aplicável.
- 20.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos do reajuste anterior.
- 20.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 20.5.1. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 20.6. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 20.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 20.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 20.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.
- 21.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:
- a) Gestão/Unidade: 155901
 - b) Fonte: 1002A003NR
 - c) Programa de Trabalho: 10.302.5118.8585.0043
 - d) Natureza da Despesa: 339039
 - e) PTRES: 234204
- 21.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

22. SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

- 22.1. **Subcontratação:**
- 22.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 50% (vinte por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:
- 22.2.1. Quando o defeito não for possível de ser solucionado por equipe própria da contratada.
- 22.2.2. Quando houver necessidade de troca de alguma peça complexa fornecida por empresa que realize com equipe própria a instalação.
- 22.2.3. Quando por força de sigilo industrial previstos na legislação em vigor ([lei de direito autoral](#) (lei [9.610/98](#)), [lei de propriedade industrial](#) (lei [9.279/96](#)) e a lei de propriedade intelectual de programas de computador (lei [9.609/98](#)) somente o detentor dos direitos poderá realizar a manutenção de determinado evento.
- 22.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação abaixo discriminada:
- a) Manutenções preventivas
 - b) Limpeza
 - c) Pequenos ajustes
 - d) Diagnósticos de defeitos
 - e) Substituições de peças, partes e componentes comum do mercado
- 22.4. Poderão ser subcontratadas as seguintes serviços do objeto:
- a) Peças exclusivas de um determinado fabricante
 - b) Serviços exclusivos de um determinado fabricante
 - c) Qualquer atividade que se enquadre na legislação citada no item 23.2.3
- 22.5. A subcontratação depende de autorização prévia da Contratante, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- 22.5.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.
- 22.5.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.
- 22.6. **Consórcios:**
- 22.6.1. Tratando-se de fornecedores reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:
- 22.6.1.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
 - 22.6.1.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserrh;
 - 22.6.1.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
 - 22.6.1.4. impedimento, na mesma licitação, de participação de empresa consorciada, isoladamente ou por meio de mais de um consórcio;
 - 22.6.1.5. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
 - 22.6.1.5.1. habilitação técnica, quando exigida, por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, por meio do somatório dos valores de cada consorciado;
 - 22.6.1.5.2. se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o projeto básico/termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido

para os licitantes individuais.

22.6.1.5.3. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;

22.6.1.5.4. a substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.

23. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todas as condições de habilitação exigidas na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24. MATRIZ DE RISCOS

24.1. A presente contratação prevê Matriz de Riscos (50305645).

25. ORÇAMENTO ESTIMADO

25.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, conforme art. 7º do RLCE 2.0, e constam do processo restrito nº 23762.009528/2025-94.

26. REQUISITOS DE SAÚDE OCUPACIONAL E SEGURANÇA DO TRABALHO

26.1. OBJETIVO

26.1.1. Este procedimento especifica os requisitos para a gestão de terceirizados e prestadores de serviço trabalhando para o Hospital Escola - UFPEL.

26.2. CAMPO DE APLICAÇÃO

26.3. Este documento é válido para todas as unidades do Hospital Escola - UFPEL

26.4. REQUISITOS

26.4.1. Documentação mínima exigida para empresas e funcionários:

DOCUMENTAÇÃO EMPRESA	PERIODICIDADE
Comprovante de implantação de CIPA ou trabalhador designado	Anualmente
PPRA	No mínimo anualmente ou quando necessária atualização
PCMSO	No mínimo anualmente ou quando necessária atualização
DOCUMENTAÇÃO FUNCIONÁRIO	PERIODICIDADE
CNH - para motoristas	Conforme validade do documento
ASO	Conforme PCMSO
Carteira de Vacinação - Hepatite B e Tétano	Conforme validade das vacinas
Comprovante de fornecimento de Equipamento de Proteção Individual	Mensal

26.4.2. Documentação complementar exigida de acordo com a atividade realizada:

QUESTIONÁRIO DETALHE DO SERVIÇO	DOCUMENTAÇÃO EMPRESA	DOCUMENTAÇÃO FUNCIONÁRIO	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO COLETIVA
Existe previsão de trabalho em altura?		Capacitação NR 35, Exames médicos específicos Treinamento não poderá adotar a modalidade a distância (online) para as capacitações; - O treinamento inicial e periódico bienal (02 anos) deve ter carga horária mínima de oito horas; - Certificado deve conter o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local de realização do treinamento, nome e qualificação dos instrutores e assinatura do responsável. Na utilização de plataforma elevatória será necessário certificado comprovando conteúdo teórico e prático. O certificado terá validade de 1 (um) ano.	Cinto de Segurança tipo para quedista com talabarte duplo em Y com absorvedor de impacto	Linha de vida para ancoragem dos cintos, isolamento (fita zebreada, cones, etc). Manter todos as ferramentas e materiais amarrados de forma a evitar queda acidental.
Existe previsão de trabalho suspenso em cordas		Acesso por Corda (Acesso por corda / Alpinismo Industrial), validade de 03 anos. Apenas	Cinto de Segurança tipo para quedista com ponto de ancoragem acima dos ombros para	Os equipamentos auxiliares (cordas, mosquetões, etc) utilizados devem ser certificados de acordo com

(Alpinismo Industrial)?		certificados emitidos por entidades acreditadas ao INMETRO para certificação de pessoas	trabalho suspenso (atender às normas técnicas nacionais)	normas técnicas nacionais ou, na ausência dessas, de acordo com normas técnicas internacionais.
Existe previsão de trabalho em espaço confinado?		Capacitação em NR 33, Exames médicos específicos Treinamento não poderá adotar a modalidade a distância (online) para as capacitações; - Capacitação em NR 33, Exames médicos específicos Certificado NR 33 - Validade 01 ano, carga horária mínima de 16 horas para vigia/trabalhador autorizado e 40 horas para supervisores (Conteúdo programático teve possuir uma parte prática); OBS: Para validade do certificado de reciclagem, com carga horária mínima de 08 horas, será necessário envio do certificado inicial (com 16 ou 40 horas).	Cintos de Segurança, equipamentos de proteção respiratória por filtros, ar mandado ou autônomo, roupas de proteção.	Lanternas, quando necessário intrinsecamente segura, isolamento.
Existe previsão de trabalhos em inflamáveis?		Capacitação em NR20, Exames médicos específicos O certificado deve conter o nome do trabalhador, conteúdo programático, carga horária, data, local, nome do(s) instrutor(es), nome e assinatura do responsável técnico ou do responsável pela organização técnica do curso. Carga horária será de acordo com o anexo II da NR 20 do MTE.	Seguir procedimentos de segurança descritos na FISPQ do produto. Dependendo do local e da atividade, será necessário a utilização de ferramentas e equipamentos intrinsecamente segura	Extintor de incêndio. Dependendo do local será necessário isolamento e sinalização.
Existe previsão de trabalhos em operação de equipamento (empilhadeira, pá carregadeira, guindaste, outros)?		Habilitação, Exames médicos específicos. Certificado comprovando capacitação do operador, checklist diário do equipamento e certificado de todo e qualquer acessório utilizado (cintas, manilhas, etc)	Uso de cinto de segurança veicular	Extintor no equipamento, isolamento na área de trabalho, inspeção no equipamento por profissional habilitado (checklist)
Existe previsão de trabalho de vigilância patrimonial?		Capacitação específica, exames específicos		
Existe previsão de trabalho com porte de arma de fogo?		Porte de arma de fogo, exames específicos		
Existe previsão de transporte de produtos perigosos?	Licença Ambiental (empresa e veículo)	Habilitação + treinamento específicos MOPP. Deve possuir FISPQ do produto e o mesmo deve estar armazenado em embalagem identificada.		Kit de mitigação
Existe previsão de coleta e/ou transporte de resíduos?	Licença ambiental (empresa e veículo); Licenciamento ambiental das empresas as quais serão destinados os resíduos, como destinação final;		De acordo com a FISPQ do produto	Isolamento de área de trabalho e Kit de mitigação.
Empresa prestará serviço de pintura?		Exames médicos específicos. FISPQ de todos os produtos utilizados. Registro do ensaio de vedação da máscara de proteção respiratória utilizada.	De acordo com a FISPQ do produto.	Locais fechados, ou biombos específicos para a atividade, isolamento

Empresa prestará serviços de soldagem?		Habilitação e Exames médicos específicos Certificado de qualificação de solda. Checklist dos equipamentos utilizados (Máquina de Solda, etc). Calibração anual das válvulas anti-retrocesso de chamas. FISPQ dos produtos utilizados nos cilindros.	Idem EPI's básicos obrigatórios mais específicos: Máscara de solda com lentes entre 10 e 14 de opacidade, toca de proteção para cabeça, óculos de proteção, proteção auditiva, respirador PFF2, Luvas cano longo de raspa de couro, avental de raspa de couro, casaco de raspa de couro, perneiras de raspa de couro, botina de segurança.	Unidade extintora no local, válvulas corta-chamas, manômetros íntegros, biombos (barreira física) de proteção confeccionados em material não combustível, isolamento de área.
Empresa prestará serviços com máquinas rotativas?		Treinamento de capacitação para utilização de máquinas rotativas e Exames médicos específicos; Checklist dos equipamentos utilizados.	Protetor Facial; Óculos de segurança; Proteção auditiva, Perneira de couro, Mangotes em couro; Avental de couro; Luvas de proteção em couro; Sapatos de Segurança; Uniforme manga longa; Proteção Respiratória PFF 2;	Unidade extintora no local, capas de proteção no equipamento, punho de segurança, biombos (barreira física) de proteção confeccionados em material não combustível, isolamento de área.

26.4.3. **Capacitação mínima e exames médicos requeridos por atividade:**

Atividade	Capacitação mínima	Exames médicos
Em altura	Capacitação para trabalho em altura - Treinamento não poderá adotar a modalidade a distância (online) para as capacitações;	Av. Clínica Acuidade Visual Eletrocardiograma Eletroencefalograma Glicemia de Jejum Hemograma com Plaquetas GGT Av. Psicossocial
Em espaços confinados	Trabalhadores autorizados e vigias Supervisores de entrada	Av. Clínica Audiometria Eletrocardiograma Eletroencefalograma Glicemia de Jejum Hemograma GGT Av. Psicossocial Rx de Tórax PA Espirometria
Em instalações elétricas	Segurança em instalações e serviços com eletricidade Complementar: Segurança no sistema elétrico de potência (SEP) e em suas proximidades	Av. Clínica Acuidade Visual Eletrocardiograma - Eletroencefalograma Glicemia de Jejum Hemograma com Plaquetas GGT Av. Psicossocial
Operador de equipamento de		Av. Clínica Eletrocardiograma Acuidade Visual - Audiometria

movimentação de carga	Habilitação para operação do equipamento	Glicemia de Jejum GGT Hemograma com plaquetas
Condutor de veículo que transporte produto perigoso	Curso de Condutor de Veículo de Transporte de Produtos Perigosos	Av. Clínica Eletrocardiograma Acuidade Visual - Audiometria Glicemia de Jejum - GGT Hemograma com plaquetas
Manipulação de alimentos	Boas Práticas em Serviços de Alimentação (um por estabelecimento)	Av. Clínica Exame parasitológico de fezes
		Coprocultura
Manipulação de óleo/graxa		Av. Clínica Hemograma com plaquetas
Manipulação de solventes	Capacitação para trabalho com inflamáveis	Av. Clínica - Audiometria - Hemograma Completo Ácido hipúrico e Metilhipúrico
Vigilância armada	Registro Polícia Federal	ASO contemplando avaliação psicossocial

27. ANEXOS

- 27.1. ANEXO I - Estudo Técnico Preliminar - ETP (SEI nº 57138397);
- 27.2. ANEXOS II - Análise de Riscos (SEI nº 50305561);
- 27.3. ANEXO III - Matriz de Riscos (SEI nº 50305645);
- 27.4. ANEXO VI - Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens (SEI nº 50305684);
- 27.5. ANEXO VII - Modelo de Termo de Recebimento Provisório (SEI nº 50305709);
- 27.6. ANEXO VIII - Modelo de Termo de Recebimento Definitivo (SEI nº 50305747).
- 27.7. Anexo IX - Encarte SOST (SEI nº 50380388).
- 27.8. Anexo X - Detalhamento de BDI (SEI nº 52379971).
- 27.9. Anexo XI - Termo de Vistoria (SEI Nº 52534099)

1. De acordo.
2. A contratação em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.
3. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.
4. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Renata Foster Vilela, Assistente Administrativo**, em 04/02/2026, às 11:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cleiton da Gama Garcia, Chefe de Setor**, em 04/02/2026, às 16:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Oliveira Junior, Gerente, Substituto(a)**, em 05/02/2026, às 08:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **57731597** e o código CRC **D44C7058**.

Referência: Processo nº 23762.008299/2025-91 SEI nº 57731597